

ACTA N.º 20
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 4 DE NOVEMBRO DE 2000

De acordo com a lei 169/99 de 18 de Setembro, artigo 92, parágrafo 1 ("De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada."), aos quatro dias do mês de Novembro de dois mil, nesta vila de Borba no Salão dos Bombeiros Voluntários de Borba, reuniu pelas dezassete horas a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO: SAÚDE

O senhor Presidente da Assembleia antes de dar início à sessão, agradeceu aos convidados Deputado Lino de Carvalho, Doutor José Martins- Presidente da Assembleia Municipal de Vila Viçosa, Doutor Robalo - Coordenador da Sub-Região de Saúde de Évora, Doutora Margarida Godinho - Presidente da Câmara Municipal de Alandroal, Senhor Ratinho - Representante da Comissão de Bases de Saúde de Borba, senhor Cardoso e senhor José Tobias - Representantes da AURPI e senhor Eduardo - Representante da APD, a sua presença na sessão.

O senhor Presidente da Assembleia procedeu à abertura da sessão e o secretário realizou a chamada, verificando-se a presença dos deputados, Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Joaquim Miguel Bilro Manguinhas, Joaquim Manuel Cardoso, Maria João Barroso Lopes, Carlos Manuel de Almeida Cabral, António Joaquim Moura Lopes, Diogo Manuel Canhão Sapatinha, António Luís Canhoto Andrade, Joaquim Manuel da Silva Avó, Ivone da Conceição B. Espiguinha, Norberto João Figueiras Alpalhão, Maria Laura Crespo Alpalhão, António José Moura Proença, Joaquim António Lopes Rézio, António José Barroso Paixão. Registaram-se as ausências dos deputados Artur João Rebola Pombeiro, Vicente Manuel Ameixa Ermitão e Celestino António Zorro, que justificaram as faltas.

O senhor Presidente da Assembleia pediu ao senhor Paulo Coxixo, que tomasse posse na bancada da CDU, e que prestasse o devido juramento. Informou também que o senhor Paulo Coxixo tomaria posse em substituição do senhor Ramalho, que pediu renúncia de mandato, e pelo facto da senhora Célia Alpalhão não ter aceite o lugar.

Propôs então, e uma vez que se trata de uma Assembleia Extraordinária sobre saúde, que se fugisse um pouco ao regimento, e que a Ordem de Trabalhos passasse a ser a seguinte:

PONTO UM- Breve alusão sobre o tema

PONTO DOIS- Diagnóstico sobre a Saúde, a cargo do Doutor Robalo

PONTO TRÊS- Intervenção das Bancadas por ordem de votação

PONTO QUATRO- Intervenção dos convidados

PONTO CINCO- Intervenção do público

PONTO SEIS- Apresentação e discussão de eventuais documentos e recomendações a enviar aos órgãos competentes.

Não havendo nenhuma oposição em relação à metodologia proposta, deu início ao ponto um da Ordem de Trabalhos.

PONTO UM- Breve alusão ao tema

O senhor Presidente da Assembleia, começou por dizer que de facto não era um entendido na matéria, mas que ao longo do seu mandato, várias vezes se tem falado sobre a saúde no Concelho, na Região e no País. Todas as bancadas têm demonstrado interesse na discussão deste assunto, daí que achasse oportuno

a realização de uma Assembleia Extraordinária.

Relativamente à saúde na Região, o senhor Presidente da Assembleia disse que existem problemas de vária ordem, que se prendem com a falta de médicos, instalações insuficientes e outras carências, advindo daí problemas cujos factores poderão ser de natureza muito diversa, quer seja económica, política ou outra.

PONTO DOIS: Diagnóstico sobre a Saúde, a cargo do Doutor Robalo

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Doutor Robalo, que estando apenas há um mês a exercer a sua função, estava ali antes de mais, para ouvir as preocupações existentes no Concelho de Borba, para as quais tentará arranjar soluções. Começou por caracterizar o Concelho de Borba a nível da saúde, referindo que existem oito mil cento e vinte e sete utentes inscritos, estando neste momento a proceder à execução do cartão de utente, estando já inscritas sete mil quinhentas e trinta e quatro pessoas. No que diz respeito aos médicos, explicou que o número de médicos é calculado mediante um "rácio" de um médico para cada mil e quinhentos utentes, existindo um quadro com seis médicos de clínica geral, sendo que, cinco médicos têm o nome de assistentes e um de chefe de serviço. Relativamente aos cinco médicos do quadro, as vagas estão todas ocupadas, com excepção ao lugar de chefe de serviço que de momento se encontra vago, mas que se iria abrir concurso para a ocupação da referida vaga. Para além destes cinco médicos, existe ainda um médico de Estremoz com acumulação de funções, que vem duas vezes por semana fazer serviço a Borba.

Referiu ainda que, a carreira de Saúde Pública tem um lugar vago, e que os assuntos inerentes ao Delegado de Saúde têm sido resolvidos pelo Delegado de Saúde de Estremoz. Existem sete lugares no quadro de enfermagem, estando seis já preenchidos e havendo duas enfermeiras com acumulação de funções. Acrescentou também, que existe no quadro um lugar de Técnico de Saúde Ambiental, dez lugares de Administrativo, oito de pessoal Auxiliar e Religioso, estando todos já ocupados. Dando continuidade à sua intervenção, passou de seguida a informar sobre os números referentes ao primeiro semestre de dois mil, onde foram atendidas três mil e seiscentas pessoas a uma média de três consultas, o que perfaz onze mil consultas neste período. Relativamente às propostas para o Concelho, e que estão para ser resolvidas, referiu-se em primeiro lugar à construção da extensão de Rio de Moinhos, para a qual é necessária uma área de quatrocentos metros quadrados, estando prevista para o terceiro Quadro Comunitário de Apoio em dois mil e dois/ dois mil e três, ficando a aguardar uma resposta da Câmara sobre o terreno. Em relação à construção do Centro de Saúde de Borba, disse ser necessária uma área de três mil a três mil e quinhentos metros quadrados, mas uma vez que têm surgido dificuldades com o terreno que inicialmente foi destinado pela Autarquia, não dava certezas, uma vez que não foi ele que tratou do processo. O terreno iria ficar em valores inoportáveis no que respeita à sua aquisição, uma vez que rondaria os trezentos e oitenta mil contos. Frisou o facto do terreno não suscitar grande interesse dada a existência de dois edifícios, apresentando um deles a desvantagem, segundo informação que obteve, de não poder ser demolido. Devido a todas estas dificuldades, disse que já foi disponibilizada uma verba, e já foram pedidos orçamentos para reparações no Centro de Saúde existente. Terminou a sua intervenção, agradecendo o convite que lhe foi feito para estar presente na sessão, e espera poder resolver os problemas existentes na região.

Foi dada a palavra ao deputado senhor Joaquim Cardoso, que começando por cumprimentar todos os membros da Assembleia, os convidados e o público em geral, referiu que a CDU, sempre se tem preocupado com a problemática da saúde em Borba, referindo as reuniões da Assembleia Municipal de vinte e nove de Maio de mil novecentos e noventa e dois, e vinte e cinco de Março de mil novecentos e noventa e quatro, onde foram feitos diagnósticos e aprovadas resoluções, contendo várias propostas sobre este assunto, congratulou-se por mais uma sessão da Assembleia dedicada à Saúde, fazendo votos para que nesta reunião as proposta formuladas tenham acolhimento. Terminou a sua intervenção, dizendo que gostaria de ouvir todos os convidados de modo a que se faça uma análise real da situação, fazendo referência ao facto de em outras sessões, serem apresentados sempre os mesmos diagnósticos que muitas vezes não são compatíveis com a realidade existente em Borba. Concluiu, dizendo que a sua bancada concebe a saúde, não apenas como uma resposta a necessidades objectivas, mas como um direito humano

fundamental, que tem sido sistematicamente violado, produzindo na década de noventa, factos históricos e inauditos integrados na Comunidade Económica Europeia.

O deputado senhor Carlos Cabral, interveio agradecendo a presença dos convidados e congratulando-se pela realização desta Assembleia. Mencionou o facto de não ter na bancada especialistas na matéria, o que o leva a fazer uma intervenção inicial baseada no senso comum, pelo que ficarão numa situação mais expectante naquilo que os convidados e especialistas dirão sobre o assunto, para depois começarem então a intervir no debate.

Foi dada a palavra ao deputado senhor Joaquim Rézio, que começou por saudar todos os presentes, referindo que também na sua bancada não existe nenhum especialista na matéria, ficando numa situação mais expectante sobre este assunto. Referiu que, e segundo lhe parece, este é um tema geral e não apenas regional ou local. Colocou algumas questões, que gostaria de ver esclarecidas ao longo do debate, nomeadamente o facto de não ter percebido se o preço apontado de trezentos e sessenta mil contos, seria o preço do Centro de Saúde no total, ou se seria apenas o preço dos terrenos. Em segundo lugar, conforme notícia publicada na comunicação social, existem novos centros médicos bem equipados, mas que depois não têm médicos nem pessoal auxiliar para o seu bom funcionamento. Por outro lado, e no que diz respeito aos números, constata que nestes casos o pessoal administrativo é sempre superior ao pessoal médico e paramédico, deduzindo que esta situação será proveniente de uma falta de organização.

O senhor Presidente da Câmara Municipal saudando todos os presentes, iniciou a sua intervenção fazendo um esclarecimento relativamente à questão do Centro de Saúde de Borba. Disse então que até mil novecentos e noventa e sete, não havia no Concelho de Borba nenhuma definição sobre a localização de novos equipamentos de saúde, situação que se alterou com a aprovação do Plano de Urbanização, altura em que passou a haver uma localização privilegiada para a instalação do Centro de Saúde. Referiu que do PIDDAC vêm aparecendo verbas, que não são superiores a dez ou quinze mil contos, para a execução desta obra. Em relação ao valor atribuído ao terreno, disse não ser real, uma vez que a Autarquia tem adquirido terrenos naquela zona a cerca de dois ou três mil escudos o metro quadrado, e que além disso, existem métodos de expropriação para este tipo de situação, estando estes processos mais facilitados, em virtude do novo Código de Expropriação. Relativamente a Rio de Moinhos, referiu que a questão já tinha sido colocada à Autarquia, e respondida pelos serviços. Sendo neste caso, diferente de Borba, uma vez que não existe uma localização definida, somente o perímetro urbano está definido e esse equipamento terá que ficar localizado precisamente dentro desse perímetro. Finalizou a sua intervenção, referindo que não compete à Autarquia a aquisição desses terrenos. Congratulou-se com a presença de todos num assunto de extrema importância como é a saúde, e espera que no final da sessão sejam apresentadas propostas, que levem à resolução dos problemas mais graves que afectam as pessoas.

Foi então dada a palavra ao Vereador Mário de Deus, que agradeceu por parte da vereação do Partido Socialista a presença de todos na sessão, congratulando-se que ao fim de três anos de mandato as Assembleias Municipais decorram de uma forma passiva, pacífica e activa nos ideais. Dirigiu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, de modo a que ele fizesse os possíveis para que o som das Assembleias seja melhorado, de forma a dignificar a democracia e a discussão. Abordando o tema da saúde, disse que ficaria muito satisfeito se toda a geração de políticos da nossa terra, independentemente da cor política, se unisse para resolver os problemas da saúde existentes, frisando que este é um problema nacional e internacional e que aqui não conseguem resolver todos os problemas. Reafirmou que se todos "dessem as mãos", pelo menos os problemas existentes no Concelho, nomeadamente na Orada e em Rio de Moinhos, com tempo e ao ritmo que o País permitir, sejam resolvidos.

PONTO QUATRO - Intervenção dos convidados

Foi dada a palavra ao Senhor Eduardo, representante da Associação Portuguesa de Deficientes, Delegação Distrital de Évora que frisou o empenho que A.P.D. tem tido na resolução dos problemas que afligem as populações do Alentejo e do nosso Concelho, lembrando a tragédia de Évora que consideram ainda hoje uma gravíssima violação dos direitos humanos, cuja raiz primordial é o direito à vida, do mesmo modo

que disse condenarem sem reservas a tragédia dos hemofílicos, que conduziu à morte sessenta e oito pessoas. Reafirmou a qualidade das anteriores resoluções da Assembleia Municipal de Borba, e sublinhou a necessidade de aprofundar e reflectir a propósito das novas e graves questões de bioética e da eugenia . Terminou a sua intervenção dizendo que possuem um documento que irá concerteza contribuir para suscitar o debate, e que foi aprovado na Conferência dos Direitos Humanos da Utopia à Realidade, realizada em seis de Junho de dois mil.

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Deputado Lino de Carvalho, que iniciou a sua intervenção agradecendo o convite que lhe foi dirigido em nome pessoal, e enquanto deputado eleito pelo Grupo Parlamentar do PCP, saudando a Assembleia Municipal e os órgãos autárquicos do Concelho por esta iniciativa, dizendo que a política se enobrece quando persegue o seu objectivo central, e o seu objectivo central tem a ver com os problemas concretos das populações sem prejuízo das diferentes ideias e posições políticas que decorrem, como é o caso da saúde. Frisou o facto de, enquanto deputado eleito pela região, ter procurado acompanhar a situação das políticas de saúde, tanto para o Alentejo como para cada um dos Concelhos em particular, preocupando-o o facto de, sendo esta uma região que para além de ter uma estrutura demográfica muito própria, uma população envelhecida e uma dispersão territorial conforme tem, não exista e não tenha existido uma política determinada de investimento nos sistemas de saúde, que não dê respostas a este tipo de situações. Reafirmou o facto do problema não ser só do Alentejo, mas também da nossa região, achando absurdo que na política de recursos humanos , um país como o nosso que tem falta de recursos ao nível do pessoal médico, exija que para se entrar para a Universidade de Medicina, os alunos tenham que ter uma média de dezoito vírgula seis por cento ou que tenhamos uma Escola Superior de Enfermagem em Évora que há muito merece umas instalações condignas. Referiu-se à intervenção do Coordenador da Sub-Região de Saúde de Évora, ao dizer que existe um médico de família para mil e quinhentos habitantes, quando por exemplo e sem querer recorrer a comparações, nos Estados Unidos existe um médico para cinquenta habitantes e em Cuba, tendo um dos indicadores mais altos do mundo, existe um médico para vinte e sete habitantes, sendo evidente que um médico para mil e quinhentos habitantes, é pouco. Concluiu que, precisamos de outros investimentos ao nível dos recursos humanos, pois tem-se vindo a verificar uma tendência para o desinvestimento dos recursos públicos na saúde, privilegiando uma linha que há partida critica, contesta, e à qual se opõe, que é uma política de privatização do Serviço Nacional de Saúde, dando o exemplo das listas de espera, tendo sido aprovado na Assembleia da República com base num projecto do PCP, que se baseia expressamente na lei, e que deve procurar esgotar as capacidades instaladas no Serviço Nacional de Saúde , até por uma questão de poupança de recursos financeiros, mas o que está em curso é a assinatura de convenções por cinco anos, com clínicas privadas para resolver o problema das listas de espera, podendo ser resolvido através do aproveitamento dos recursos instalados na altura, havendo seguramente grandes poupanças financeiras. Exemplificou através da Lei de Bases de Saúde que está em discussão, apontando que os novos Hospitais serão construídos no sistema que se chama "Projecto Financial", ou seja, entrega-se a construção do Hospital ao Privado que o explora durante os anos que o contrato estabelecer, havendo um conjunto de dispersão, de ausência de racionalidade e de aproveitamento dos recursos públicos, que depois se traduzem numa deficiente prestação de cuidados de saúde aos doentes, salientando o facto de " um doente não ser um cliente e a saúde não ser um mercado (..) ". Referiu-se à melhoria de condições de funcionamento do Centro de Saúde de Borba, onde no ano passado estavam previstos no PIDDAC, noventa e sete mil e quinhentos contos, mais noventa e sete mil contos em dois mil e dois, e no Orçamento que amanhã se irá discutir na Assembleia da República, essa verba desaparecer inexplicavelmente do PIDDAC para dois mil e um. Afirmou que enquanto eleito pelo Distrito, confrontará a Senhora Ministra da Saúde, dos motivos que levaram ao desaparecimento desse investimento previsto para o Concelho de Borba. Pensa que será necessário avançar em duas ou três áreas fundamentais, nomeadamente na formação dos recursos humanos e na criação de condições, para que com mais recursos e com melhor qualidade ao nível do pessoal médico e de enfermagem, sejam criadas condições para a sua instalação equilibrada em vários pontos do território nacional, incentivando sobretudo os jovens licenciados em Medicina e em Enfermagem, multiplicando as unidades de saúde, ou seja, seguindo uma política que tem em conta a estrutura demográfica e a dispersão territorial do Alentejo, avançando-se rapidamente e em definitivo, de acordo com promessas que o próprio Governo ainda não concretizou, como é o caso da construção de um novo Hospital Regional em Évora, e no que diz respeito

a Borba, clarificar as razões porque desaparece do orçamento de dois mil e um, o investimento que estava previsto para a melhoria do Centro de Saúde de Borba e reivindicar da senhora ministra da Saúde, explicações para esta questão. Terminou a sua intervenção reiterando a disponibilidade do Grupo Parlamentar do PCP, acompanhar as preocupações de toda a população e de intervir no âmbito das suas funções para melhorar a prestação de cuidados de Saúde à população do Concelho.

O senhor Presidente da Assembleia agradecendo ao deputado Senhor Lino de Carvalho, deu a palavra à Doutora Margarida Godinho, Presidente da Câmara Municipal do Alandroal, que iniciou a sua intervenção dizendo ter-se insurgido várias vezes contra este "Racio", uma vez que leu há cerca de dois anos numa revista de especialidade, um artigo em que se dizia que o ideal considerado para a Europa, seria de entre trezentos e quarenta e cinco, a trezentos e cinquenta utentes por cada médico, parecendo-lhe um número razoável. Acrescentou que de facto, tendo em conta que a população do Alentejo é uma das mais envelhecidas, sendo o Concelho do Alandroal um exemplo flagrante disso, os cuidados de saúde são prestados em condições extremamente deficientes, sendo estes "Racios" um erro crasso, pois não são elaborados de acordo com as condições especiais de cada zona. Dirigiu a palavra ao senhor Vereador Mário de Deus, dizendo-lhe que de facto pensa que não há ninguém que não esteja disposto a dar as mãos, no entanto sem recursos financeiros e sem vontade política as coisas não se fazem. "Dar as mãos sim, mas dá-las no sentido positivo, não é dar as mãos para aceitarmos passivamente tudo o que vier (...)", acrescentou que as coisas andam demasiado lentas para as necessidades das populações, sobretudo das populações mais idosas. Frisou ainda que a saúde está melhor que há cinquenta anos atrás, mas para isso pôs-se fim a um regime político que apesar de tudo, não servia. Tanto as condições alimentares, como as higiénicas e as de saúde, estão de facto melhores e as pessoas vivem mais tempo. Fez referência ao facto de ter uma pessoa idosa em casa e ter que recorrer à medicina privada, achando que esta é uma solução errada, dado que as pessoas andam uma vida inteira a descontar e depois têm que optar, ou por estar indefinidamente à espera de uma consulta de especialidade no Serviço Nacional de Saúde, ou então recorrer ao privado. Para além de todo este conjunto de problemas, existe a especificidade da Zona dos Mármore, que é de facto o número de acidentes que aí ocorrem. Desde que tomou posse, em mil novecentos e noventa e oito, que todos os elementos do executivo dos quatro Concelhos, têm tentado sensibilizar o Poder Central para esta questão, mas infelizmente em termos práticos não tem havido nenhuma resposta. Terminou a sua intervenção, deixando um alerta para a intenção do Poder Central pretender encerrar os serviços designados de Urgência ou Bancos de Fim de Semana, o que de facto seria dramático. Não sabe se de facto isso corresponde à verdade, uma vez que até ao momento ainda não teve nenhuma notificação oficial, mas pensa que "devemos de facto ter que dar as mãos, e impedir que uma coisa dessas aconteça (...)". Tomou a palavra o senhor Francisco Ratinho, representante da Comissão de Bases de Saúde, dizendo que o problema da saúde no Concelho está longe de ser resolvido. Tem ido a várias reuniões a Lisboa, no sentido de ver solucionados alguns problemas, mas pensa que só com a ajuda da Assembleia e do Povo, se poderiam melhorar as condições de saúde no Concelho. Só com a colaboração de todos se poderia conseguir alguma coisa, tal como tem constatado em diversos sítios, onde as pessoas se juntam, falam e conseguem resolver a maioria dos problemas. Fez referência ao facto de haver muitas pessoas que não têm recursos financeiros para recorrer à medicina privada. Terminou a sua intervenção, agradecendo à Assembleia o convite que lhe fez para estar ali presente.

Foi dada a palavra ao Doutor José Martins, Presidente da Assembleia Municipal de Vila Viçosa, que dirigindo-se a todos os presentes, disse que de facto sentia saudades das intervenções que ali fizera em setenta e seis antes de se ir embora. Salientou o facto de não estar ali na qualidade de especialista em política de saúde, mas que encontra na bancada uma pessoa com as mesmas motivações, referindo-se à Doutora Margarida, autarca do Alandroal. Relativamente à Zona dos Mármore, pensa que terá que equacionar em termos de sinergias de massa crítica todas as situações, e a da saúde também no conjunto dos seus Concelhos, seja no programar das valências médicas à disposição dos utentes, seja na programação ainda rotativa ou alternativa das urgências, seja em tudo aquilo que possa ser equacionado para a melhoria da prestação de cuidados de saúde. Salientou a incidência de politraumatismos, sendo os acidentes mais típicos da zona dos mármore, pedindo não um hospital de cinco estrelas para cada um dos Concelhos, mas pelo menos um de três estrelas para o seu conjunto. Reforçou o pedido do Senhor Deputado Lino de Carvalho relativamente à melhoria dos Hospitais existentes em Évora, e do futuro

Hospital Regional, mas pensa que só isso não chega, pois a especificidade da situação dos acidentes nas pedreiras, a especificidade de uma população envelhecida com cuidados específicos, exige certamente uma outra proximidade que não se poderá confinar à situação do Hospital Regional ou dos cuidados que aí possam ser prestados. Frisou o facto de todos sentirmos a dificuldade de acesso, seja por carência económica, seja pela cruel urgência de prestar o cuidado nalguns minutos, devido à situação que temos. Terminou a sua intervenção, dizendo tudo tentará fazer no Concelho de Vila Viçosa para que as conclusões que dali tirar e as linhas de força que forem definidas, tentar ligá-las, implementá-las no seu Concelho, e em conjunto na Zona dos Mármoreos conseguirem quer a nível do PIDDAC, quer a nível da mais próxima intervenção junto das autoridades regionais, que essas soluções se tornem possíveis.

Interveio o Doutor Robalo que dirigindo a palavra à Doutora Margarida, disse que de facto concordava com a intervenção dela, dado que trabalhou nove anos naquele Concelho, fazendo serviço de atendimento permanente uma vez por semana no Alandroal, e fazendo consultas em Pias, Montes Juntos e Cabeça de Carneiro. Relativamente ao terreno que foi indicado pela Câmara de Borba, é um terreno que tem dois edifícios e iria custar trezentos e oitenta mil contos, não podendo utilizar esses edifícios para a construção que pretendem, dado que tem que ser uma construção de raiz com características próprias. Em relação a Rio de Moinhos, a informação que obteve é que teria havido um contacto com o Doutor Arquimínio, a pessoa que estava antes dele, para a construção de uma nova extensão em Rio de Moinhos, estando neste momento a aguardar uma resposta por parte da Câmara, dado que na altura, foi proposto por uma senhora Vereadora, que em vez de se construir exclusivamente a extensão de Rio de Moinhos, se poderia integrar um Edifício mais polivalente que desse apoio ao Centro de Dia, ficando essa construção integrada dentro desse mesmo edifício, salientando mais uma vez, que apenas estava a contar o que anteriormente lhe haviam transmitido. Em sua opinião, tem havido avanços na futura criação de uma Unidade de Apoio Integrado, que está projectada para o Alandroal. Ainda não está resolvido em relação a Vila Viçosa e a Borba, porque disso depende a construção de um novo Centro de Saúde. Terminou a sua intervenção, dizendo que "penso que a saúde de alguma forma tem saído para fora do espaço do Centro de Saúde e tem ido ao encontro, dentro das possibilidades e dentro dos "Rácios" de parcerias, para de uma forma conjunta tentar resolver alguns problemas, eu penso que a Doutora Margarida, tendo lá a Doutora Fátima, se tem esforçado de facto nesse sentido, mas também não podemos exceder as nossas capacidades, porque de facto estamos condicionados aos Rácios"

O senhor José Tobias, representante da Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Borba, iniciou a sua intervenção agradecendo o convite que lhe fora feito para estar na Assembleia, dizendo que não está directamente ligado à área da saúde mas sim à área de idosos, no entanto quis focar um dos aspectos que considera mais chocantes, no meio onde está inserido, que são as listas de espera, tendo como consequências, primeiro o facto da pessoa ter de pagar dez ou doze contos por uma consulta particular, e depois não podendo esperar sete ou oito meses por uma intervenção cirúrgica devido à deficiência dos serviços médicos, ter que despende de trezentos ou quatrocentos contos para se submeter à mesma cirurgia, no privado. Terminou a sua intervenção, dizendo que de facto estes problemas não se conseguem resolver ali, mas sendo o produto das Assembleias as palavras, acredita que destas surgirá algum produto e acção.

O senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra à Doutora Filipa Almeida, Vereadora da Câmara Municipal de Borba, que querendo acreditar no que o senhor José Tobias dissera relativamente ao tempo de espera de uma intervenção cirúrgica, disse que, na realidade muitas das vezes as pessoas chegam a esperar dois ou três anos, pagando bastante, e sujeitando-se a estar um ano ou mais à espera de serem reembolsados, o que nem sempre acontece. Utilizando a expressão proferida pelo Vereador Mário, no sentido de dar as mãos, mas dizendo como a Presidente da Câmara Municipal do Alandroal, dar as mãos para resolver, não somente para diagnosticar a situação, mas para fazer qualquer coisa com o pouco poder que os políticos locais têm nesta matéria, que é da competência exclusiva do Poder Central. Referiu ainda que tinha pedido a palavra, para dizer ao senhor coordenador da Sub-Região de Évora, Doutor Robalo, que era ela a vereadora a quem o senhor se tinha referido, tendo todo o prazer em marcar uma reunião com a A.R.S, com o carácter de urgência que a questão requer, para esclarecer alguns mal-entendidos uma vez que o doutor Robalo na sua intervenção dissera várias vezes que apenas estava a dizer o que lhe

tinham contado, e uma vez que "quem conta um conto, aumenta-lhe um ponto", queria ver a questão esclarecida, não só a de Rio de Moinhos como também a de Borba, sob pena de não se entender o que o Deputado Senhor Lino de Carvalho, dissera em relação ao investimento que se suprime do Orçamento de Estado sem ninguém dar uma explicação. Relativamente ao novo Centro de Saúde de Borba, disse que o problema não estava nos dois edifícios, uma vez que a A.R.S. não tem que comprar os edifícios, só tem que comprar ou expropriar o terreno necessário para a construção do Centro de Saúde, enquanto que a Autarquia só lhe compete definir a sua localização, o que já está feito.

PONTO CINCO - Intervenção do público

O senhor Presidente da Assembleia e tal como o previsto na Ordem de Trabalhos, deu espaço ao período de intervenção ao público, tomando a palavra o Doutor Luís Nascimento, que em primeiro lugar manifestou o seu desagrado pela ausência de outros grupos parlamentares na sessão, frisando o trabalho desenvolvido pelo Grupo Parlamentar "Os Verdes", que tem desenvolvido iniciativas parlamentares em prol da zona dos mármore e do Concelho. Em relação à saúde, disse que de facto os números são "Racios" que podem enganar, pois em noventa e oito e em termos nacionais, havia três médicos por mil habitantes, enquanto que no nosso Concelho havia um médico por cada dois mil habitantes. Nesta altura o Racio apresentado é de um médico por mil e quinhentos habitantes, o que significa que se vier mais um médico para cá, o "Racio" diminuirá substancialmente, não encobrendo de forma alguma a ausência de médicos no nosso Concelho. Acrescentou que só a construção do novo Centro de Saúde não é suficiente, se considerarmos a ausência de médicos no nosso Concelho, continuando as pessoas horas indeterminadas à espera de consulta, tal como já constatou em Rio de Moinhos. Relatou uma situação em que teve que ser assistido em Elvas, pois o Centro de Saúde de Estremoz apesar de ter um equipamento de raio x, não o tem a funcionar, e em Elvas foi imediatamente assistido, radiografado e medicamentado. Outra questão que abordou, foi o facto dos "Verdes" terem propostas para o PIDDAC relativamente aos Politraumatizados. Para além da questão da Zona dos Mármore, chamou a atenção para o facto da auto-estrada que liga Lisboa a Madrid, passar pelo nosso Concelho, pela Estrada Nacional duzentos e cinquenta e cinco, ser um dos pontos negros da sinistralidade rodoviária no Distrito, e da estrada quinhentos e oito, ser uma estrada que também pode vir a ter mais sinistralidade, não só para os trabalhadores dos mármore. Recordou que em noventa e nove, estava inscrito para o Centro de Saúde de Borba uma verba de cento e quarenta e sete mil contos, para dois mil estavam inscritos dois mil e quinhentos contos, e para dois mil e um não há nenhuma verba inscrita. Terminou a sua intervenção na expectativa que algumas respostas lhe sejam dadas, nomeadamente se é esta a perspectiva em termos de futuro, para a saúde na nossa Região e Concelho.

O senhor Presidente da Assembleia antes de passar a palavra à outra pessoa inscrita, esclareceu que o facto do Grupo Parlamentar "Os Verdes" não ter sido convidado, se deveu ao facto de ter consultado o Doutor Joaquim Miguel e terem optado por convidar apenas os Grupos Parlamentares que tinham deputados eleitos pelo círculo de Évora, não tendo porém, nada contra este ou qualquer outro Grupo Parlamentar.

O senhor Augusto Guégués, querendo ser esclarecido relativamente à questão do Centro de Saúde para o Concelho de Borba, ficou surpreendido pelo facto de em anos anteriores ter existido uma verba para esse fim, e de momento a verba não constar no PIDDAC. Relativamente à questão do terreno, mostrou-se surpreendido por ainda estar tudo por esclarecer, não vendo qualquer sensibilidade em se propor ou encontrar um terreno alternativo, que da forma mais rápida, fosse de encontro às necessidades básicas da população Borbense. Quanto à reunião proposta pela Doutora Filipa, pensa que há muito que se deveria ter realizado, apelando para que se encontrem as soluções possíveis para este caso, dando desta forma, resposta às pessoas e à população, que é o que está em causa.

Não havendo mais inscrições por parte do público, o senhor Presidente da Assembleia, passou a palavra ao Doutor Joaquim Rézio, que tal como havia dito antes de iniciar a sessão, terá que se retirar. No entanto

acrescentou ainda que a saúde em Portugal está de facto a ser bem tratada, pois enquanto se tem saúde não custa a ninguém, o pior é quando se está doente, e a doença é que está a ser maltratada, pensando que o Ministério da Saúde se deveria chamar Ministério da Doença. Não entende porém a questão dos terrenos, sendo evidente que para se ter um Centro de Saúde, tem que se ter primeiro um terreno. Pensa haver também um grande distanciamento entre o custo do terreno por parte do senhor Presidente, e por parte do Doutor Robalo, acrescentando que este é um ponto que deverá ficar de uma vez por todas esclarecido. Em primeiro lugar, saber porque é que não existe um Centro de Saúde novo em Borba, se é pelos efeitos do custo, ou por falta de disponibilidade da Câmara para ceder a determinado preço os terrenos. Em segundo lugar, disse que não sendo um especialista na matéria, o sistema de saúde tem que ser de facto objecto de uma reorganização total, não só a nível de Borba, mas a nível geral. Frisou ainda que independentemente da cor política que dirija o País, "a saúde ou a doença, conforme queiramos dizer, tem sido sempre maltratada em Portugal", e dirigindo-se ao Deputado senhor Lino de Carvalho, disse-lhe que no aspecto do Orçamento ser mau, estavam de acordo, embora com motivações e argumentos diferentes. Pensa que o necessário seria sensibilizar os dirigentes, de forma a que estes percebam a necessidade que há no Concelho de um Centro Médico, capaz de resolver os problemas da população, acrescentando que neste caso, ao se fazerem as sugestões seria importante terem o tal terreno disponível.

Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que perante a confusão que se instalou em torno desta questão, esclareceu que esta é uma obra da A.R.S., e o Doutor Robalo está presente para esclarecer possíveis dúvidas, no entanto adiantou que esta obra começaria e acabaria com o Ministério da Saúde, tendo a Autarquia somente que definir a sua localização, o que aliás já está feito. Tudo o resto, disse resumir-se à falta de verbas e de investimentos nesta área, estando todas as condições criadas por parte do executivo camarário, para a implementação do terreno, que faz falta para a construção do Centro de Saúde de Borba. Acrescentando que "assim o Ministério da Saúde o queira fazer, assim as verbas existam para fazer a obra, e é isso que nós andamos a reivindicar desde noventa e sete (...)." Terminou a sua intervenção dizendo que de facto compete ao Ministério da Saúde comprar o terreno, elaborar o projecto, aprová-lo e realizar a obra. Relativamente ao preço, o tribunal decidirá em função dos preços médios praticados na zona.

O Doutor Joaquim Rézio antes de se retirar, tendo em sua opinião o senhor Presidente da Câmara rodeado um pouco a questão, dirigiu-se ao Doutor Robalo questionando-o: "como é que chegou aos trezentos e oitenta mil contos?"

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Doutor Joaquim Cardoso, que disse que a CDU apresentará uma resolução, contendo um conjunto de propostas, que julgam adequadas às necessidades de um Concelho como Borba. Crê que será de facto urgente e oportuno esclarecer algumas questões relacionadas com a saúde, o Homem está no princípio e no fim de toda a acção política e irão entender que uma pessoa como ele, que lutou trinta e três anos por determinados valores, se tenha preocupado e estudado amplamente a problemática da saúde ao longo dos anos. Sendo uma pessoa que tem assistido ao sofrimento de muitas pessoas especialmente deficientes, que é a área onde a sua intervenção se tem verificado, exemplificou a indignação que em certo momento sentiu quando uma jovem de Rio de Moinhos que por deficiência não podia calçar sapatos, vinha quatro horas a pé, descalça, para ser atendida, tendo que voltar novamente a pé para Rio de Moinhos, não fora a solicitude da Câmara Municipal de Borba em prestar transporte àquela jovem. O outro exemplo que deu, foi o de uma situação recente, em que um jovem num estado de depressão e num estado psicológico complicado, tentou o suicídio, tendo sido imediatamente encaminhado pela Associação Portuguesa de Deficientes para o Centro de Reabilitação Nossa Senhora dos Anjos, onde nem uma consulta, nem um apoio psicológico lhe foi prestado. Recentemente foi enviado para a psiquiatria de Évora, esperando até hoje uma consulta. Baseado nestes exemplos, analisou o problema da Saúde, como sendo não é uma questão de instalação, embora seja um factor importante, mas sim uma questão de modelo social. Continuou a sua intervenção, dizendo que o "Racio" apresentado não faz qualquer sentido, correspondendo a uma visão abstracta, dado que muitos médicos se deslocam de Borba para Estremoz para concursos e por vezes por razões de doença. Relembrou que há aproximadamente dois anos, durante dez dias, não houve nenhum médico de serviço no Centro de Saúde de Borba, tendo a A.P.D. feito um comunicado sobre isso. Dirigiu a palavra

ao Doutor Robalo, dizendo-lhe que o seu antecessor, tinha reunido a vinte e sete de Outubro de mil novecentos e noventa e quatro, com uma Comissão da Assembleia Municipal de Borba, e nenhuma medida foi tomada para resolver os graves problemas de saúde do Concelho de Borba, tendo acontecido o mesmo, numa outra reunião com uma Associação que também representa, reafirmando que nenhuma medida foi tomada para resolver os problemas de saúde do Concelho. Acrescentou que um dos problemas do Concelho de Borba, estava relacionado com a sua estrutura demográfica, em que o envelhecimento da população é uma realidade, e nessas circunstâncias a população envelhecida é uma população dependente exigindo um atendimento médico de qualidade, humanizado e personalizado, não se resumindo somente a uma mera prescrição de medicamentos, e a uma ficha de contacto. Relativamente aos "Racios", disse estarem estabelecidos em função do modelo de sociedade, e tudo depende do modo como as sociedades se querem organizar, isentar as grandes fortunas, ou atender as populações, sobretudo aquelas que trabalharam, garantindo-lhe e assegurando-lhe a dignidade humana mínima.

Frisou o facto de que também o transporte é outra limitação real no acesso à saúde, para além daqueles que não podem utilizar transportes públicos exactamente em função de limitações resultantes da deficiência, concluindo mais uma vez que os problemas de saúde, não são problemas de instalações. Sublinhou ainda que, quando em mil novecentos e oitenta e seis, se concentraram as urgências no Centro de Saúde de Estremoz, prometeu-se que em Borba haveria um atendimento permanente, entre as oito e as vinte horas, promessa que se evaporou e nunca mais foi reposta. Dando seguimento à sua intervenção, disse que infelizmente, hoje se estavam a importar médicos espanhóis, não por falta de inteligência nacional, mas sim por falta de vontade política em alargar as vagas para o ingresso nos cursos de Medicina, referindo-se ao facto de num dado momento, ter existido legislação na área de enfermagem, em que os enfermeiros a quem era concedida bolsa de formação, faziam contrato para num determinado tempo, permanecerem nas áreas onde lhes era concedida a bolsa, perguntando se esta lei ainda estava em vigor. Outra questão que considerou importante, foi o facto do artigo vinte e dois da lei cento e cinquenta e nove barra noventa e nove, lei que estabelece as competências das Autarquias Locais, atribuir às Autarquias a possibilidade de construir, manter e apoiar Centros de Saúde, mas pela aplicação da lei quarenta e dois barra noventa e oito, Lei das Finanças Locais, onde se diz expressamente que a transferência de competências é acompanhada de transferências de recursos, como não se regulamentou a lei e não foram transferidos recursos, será obvio que a lei não está em aplicação, sendo a competência estritamente do Ministério da Saúde através da A.R.S. Aproveitando a presença do Doutor Robalo, pediu-lhe que fossem tomadas as medidas necessárias de forma a humanizar o atendimento às pessoas deficientes, nas Juntas Médicas em Évora. Para além disto, pensa ser também necessário tomar medidas para que instituições de saúde mental possam ter em tempo útil assistência psiquiátrica em condições para os utentes, sendo Presidente de uma instituição dessas, disse ter todos os dias, jovens com graves problemas de perturbação, que esperam meses e meses pelo atendimento psiquiátrico, resultando daí graves problemas tanto para os jovens como para as respectivas famílias e instituições. Terminou a sua intervenção, abordando o problema dos politraumatizados, em que tem procurado uma estatística fiável, a pedido das instâncias Europeias em que tem participado, sobre o número de acidentados na Zona dos Mármorez por causas específicas, não tendo encontrado até agora nenhuma estatística fidedigna. Acrescentou ainda que desde mil novecentos e noventa e dois, tem tentado que a situação de transporte em tempo útil de vida, "garanta a reanimação ou a reimplantação de membros em circunstâncias de amputação, e em casos necessários que sejam criadas soluções de reabilitação médica e psicossocial (utilizando os termos dos artigos nove e onze da Lei nove barra oitenta e nove) para que aqui sejam reduzidas as capacidades residuais resultantes das deficiências de acidentes laborais e diários"

Foi dada a palavra ao senhor Diogo Sapatinha, que saudando todos os presentes, disse estar de facto na altura de darem as mãos, esperando que se encontrassem as possíveis soluções. Questionou o Doutor Robalo acerca da elaboração dos "Racios", que sendo feitos por pessoas, não são uma obra da natureza, e tendo em conta a especificidade da Zona dos Mármorez, qual a possibilidade de alterar esses Racios? A outra questão que levantou, incidiu sobre o terreno para o Centro de Saúde de Borba, perguntando também ao doutor Robalo, se a A.R.S. não podia expropriar esse terreno, e quanto tempo é que esse processo demoraria. Dirigiu-se depois ao senhor Presidente da Câmara e aos senhores Vereadores, perguntando-lhes se, caso a expropriação por parte da A.R.S., fosse demorada, se não seria mais simples a própria Câmara avançar com a expropriação do terreno. Mostrou-se também preocupado pela não

inclusão do Centro de Saúde no PIDDAC para dois mil e um, tendo em noventa e nove, cento e quarenta e sete mil contos, mas como não houve terreno em dois mil a verba era de dois mil e quinhentos contos, o que significava que a verba se mantinha aberta, acrescentando que " não entendo o zero previsto para dois mil e um", pedindo ao Deputado senhor Lino de Carvalho, que lutasse para que pelo menos a rubrica ficasse aberta.

O senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra ao senhor Paixão, que sendo funcionário do Centro de Saúde de Borba, sentiu-se na obrigação de alertar para outras situações que pensa contribuir de alguma forma para o estado de saúde no Concelho de Borba. Disse que uma das coisas que constata no Centro de Saúde de Borba, e que se isso tentar ser ajustado poderá levar também a uma melhor humanização dos serviços, que é o facto de mais de metade dos médicos que ali dão consulta, terem um horário de consultas a partir das dezasseis horas, perguntando se esta situação não conduzirá ao aumento de sofrimento desses doentes, que têm que esperar em tempo chuvoso e frio, numa sala que nem sequer pode ser considerada sala de espera, pela sua vez? Terminou a sua intervenção, dizendo que na qualidade de membro da Assembleia e Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, pedia ao Doutor Robalo que apresentasse soluções para as questões de Rio de Moinhos, do Concelho e da zona dos Mármores.

O senhor Presidente da Assembleia, dado que o senhor Deputado Lino de Carvalho se tinha que retirar, passou-lhe de imediato a palavra para que pudesse responder às questões colocadas pelo senhor Diogo Sapatinha.

O senhor Deputado Lino Carvalho, lamentando não poder ficar até ao fim dado que tem outros compromissos, pensa que o essencial está dito, desejando os melhores sucessos para o resto da sessão e para as conclusões a que chegarem. Acrescentou que, das conclusões que tiverem efeito na sua área de intervenção, as levará ao conhecimento do Governo e ao debate na Assembleia da República. Relativamente à questão das verbas para as obras do Centro de Saúde de Borba, reafirmou que iria confrontar a senhora Ministra da Saúde na próxima reunião que será dentro de aproximadamente dez dias, e caso não lhe seja dada qualquer justificação, comprometeu-se a apresentar no debate do Orçamento de Estado, uma proposta para que a verba e o projecto sejam reinscritos, lembrando que a proposta depende da votação dos deputados do Partido Socialista e do P.S.D., pois o P.C.P. não tem maioria na Assembleia da República, apelando a todas as forças políticas que se mostrem preocupadas com esta desorçamentação das obras do Centro de Saúde de Borba, que diligenciem junto dos deputados e dos seus partidos, para que no âmbito da discussão do Orçamento de Estado, as propostas que vierem a ser apresentadas, sejam nesse sentido votadas favoravelmente. Deixando uma nota de reflexão para a A.R.S. e não só, disse não lhe parecer que exista um programa específico de saúde, que dê resposta às condições específicas da região onde estamos, não há nenhum programa integrado para estes Concelhos que estão territorialmente próximos uns dos outros, mas será possível um programa integrado que procurando racionalizar e poupar meios, dê resposta aos cuidados de saúde das populações. Terminou a sua intervenção, dizendo que será necessário reflectir sobre as filosofias que estão na base dessas políticas, sendo neste caso concreto, os Rácios dos médicos por habitante um caso típico. Ficando a aguardar as conclusões da Assembleia, agradeceu mais uma vez o convite que lhe foi dirigido.

O senhor Presidente da Assembleia, agradecendo a presença do senhor Deputado Lino de Carvalho, e lamentando o facto deste não poder estar presente até ao final da Assembleia, deu a palavra ao Doutor Robalo que tentando responder à questão que lhe fora colocada acerca da alteração dos Rácios, disse que os mesmo só poderiam ser alterados por uma nova proposta, que não passe pelos Rácios, mas sim por se sentarem todos à mesa e discutirem em pormenor quais são de facto as necessidades de cada um dos Concelhos, e depois apresentarem a proposta às estruturas superiores. Relativamente ao terreno, disse não valer a pena continuarem a discutir o assunto, dado que a senhora Vereadora já se dispôs a que se realizasse brevemente uma reunião, onde se poderá discutir esse assunto. Em relação ao horário dos médicos, explicou que cada médico tem vinte horas de consulta por semana, contemplando esse horário, uns dias ou da parte da manhã, ou da parte da tarde ou até mesmo ao final da tarde, e essa distribuição deverá facilitar a acessibilidade dos doentes às consultas de rotina, não sendo deste modo obrigados a faltar ao emprego para ter que ir à consulta, sendo esse o princípio que deve reger o funcionamento dos

horários.

Foi dada a palavra ao Doutor Joaquim Manguinhas, que exercendo a profissão de médico há vinte e nove anos, disse que este é um assunto cujo diagnóstico já está feito há muito tempo, tendo em conta as diferenças de recursos, de meios e de políticas na mesma região. Disse compreender a situação do Doutor Robalo, pois tendo que defender a questão da saúde, está entreposto entre o público, os utentes e o Ministério da Saúde. Relativamente aos Rácios, disse ter dados de noventa e seis, que não se tendo alterado muito, apontam para mil quatrocentos e cinquenta e seis utentes por médico, em Rácios de clínica geral, sendo a média nacional de menos duzentos utentes por médico, acontecendo isso em praticamente toda a faixa interior do País, sendo o distrito de Bragança um dos piores a todos os níveis, relativamente ao nosso. Em relação às questões de saúde, embora se sinta congratulado por o assunto ter sido mais uma vez tratado, o diagnóstico é muito idêntico, e o que se tem dito é semelhante ao que se disse há uns anos, com excepção de uma situação nova, que é a questão do novo Edifício para o Centro de Saúde de Borba, que para além de ser importante por todos os motivos já mencionados, considerou também ser importante, quando se reformular a questão da saúde, em criar mais camas de retaguarda em unidades de apoio integrado, uma vez que uma cama num Hospital Distrital, custa cerca de cinquenta a sessenta contos por dia, enquanto que num Centro de Saúde Concelhio, custará metade ou menos de metade daquele valor, pois as unidades serão mais baratas, terão uma estrutura mais ligeira, e segundo informação de técnicos, poderão ser financiadas parcialmente pela Segurança Social, dando a possibilidade à A.R.S. e ao Ministério da Saúde, aligeirar a despesa. Disse concordar que a reunião entre a A.R.S. e a Autarquia se agende o mais rapidamente possível, e que enquanto não houver conclusões dessa reunião, não vale a pena debater essa questão. No que diz respeito aos sistemas integrados de saúde para a região dos Mármore, disse estar completamente de acordo, e que talvez esta reunião tendo a presença de um deputado da Assembleia da República, e outras deste carácter não caíam em "saco roto" e possam sensibilizar o Poder Central para que se reformule esta questão que é tão importante para a zona dos mármore. Dirigindo-se ao Doutor José Martins, disse que segundo a opinião de técnicos, não há qualquer hipótese de se reivindicar para cá um grande Hospital de Traumatologia, porque para além de custar muito dinheiro, não há massa crítica que consiga pressionar o Governo. Acrescentou que provavelmente o que irá acontecer, e devido à carência de recursos humanos, é a concentração de meios e de recursos, deixando alguns Hospitais Distritais de ter certas e determinadas valências em prol de outros, cujas valências ficam devidamente apetrechadas de meios técnicos e humanos. Para exemplificar a gravidade desta situação, referiu-se ao serviço de ortopedia do Hospital São João no Porto, que tendo vocação na área do ensino, serve também de apoio aos alunos que frequentam o curso de medicina, havendo neste momento dezanove especialistas de ortopedia, dos quais treze se irão começar a reformar em dois mil e três, o que significa que o quadro é curto, envelhecido e irá ser desactivado rapidamente, não havendo "sangue novo" para entrar. Sendo a concentração de serviços, o recurso pelo qual se irá optar. Disse ser importante para a Zona dos Mármore, que se comece a reivindicar um meio adequado, medicalizado, uma unidade móvel, quer seja uma ambulância ou um helicóptero, como por exemplo em Badajoz se faz. Sendo evidente que os recursos financeiros são poucos, os humanos muito menos, e havendo uma dissociação entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, há muita dificuldade em se formarem devidamente técnicos. Relembrou a informação publicada em mil novecentos e noventa e nove, pelo Sindicato dos Médicos, onde publicavam e continuam a publicar, que os clínicos gerais se começarão a reformar a partir de dois mil e sete, e até dois mil e catorze ficarão reformados cerca de oitenta por cento, o que é gravíssimo, tendo que recorrer à contratação de médicos estrangeiros. Será difícil encontrar soluções para resolver alguns problemas da saúde no Concelho com os recursos existentes, pois há um grande desinvestimento na área da saúde. Terminou a sua intervenção, dizendo que concorda com o novo Centro de Saúde para Borba, e que se criem as Unidades de Apoio Integrado para aliviar uma ou outra coisa, como é o caso dos Hospitais Distritais que em condições péssimas têm que receber todos os doentes acamados crónicos, devendo haver camas de retaguarda que acompanhem inclusivamente o pós operatório desses doentes.

O senhor Presidente da Assembleia, antes de dar a palavra ao senhor Moura Lopes, pediu mais brevidade nas intervenções, uma vez que ainda tinham que chegar a algumas conclusões.

Foi então dada a palavra ao senhor Moura Lopes, que em nome da CDU, leu e distribuiu uma resolução pelos restantes membros e convidados da Assembleia, a qual se anexa no final desta acta.

O senhor Presidente da Assembleia, propôs que se ouvissem as três pessoas inscritas, e que de seguida que se passasse a um curto intervalo para ler a Resolução, discutindo-a e votando-a logo que se reinicie a sessão.

O senhor Vereador Mário de Deus, iniciou a sua intervenção dando uma informação, que por lapso seu não foi dada no início da sessão, e que dizia respeito aos deputados eleitos pelo Distrito pelo Partido Socialista, não estarem presentes, por se encontrarem na Convenção da recandidatura do Doutor Jorge Sampaio. Fez referência ao facto do Doutor Manguinhas e do Doutor Robalo, terem feito uma síntese quase perfeita daquilo que a maioria das pessoas pensa sobre o assunto, estranhando no entanto não haver qualquer reivindicação por parte do novo Centro de Saúde de Borba. Acrescentou ser difícil explicar a uma Ministra da Saúde, que terá que alterar os Rácios devido às condições específicas da zona, e continuar-se a dizer que não necessitamos de um novo Centro de Saúde, questionando a Autarquia, de como é que será possível que se empenhe tanto, em passar o Notariado para o edifício em frente ao Mercado Municipal, e não tenha o mesmo empenho relativamente à construção do novo Centro de Saúde? Apelou então ao Doutor Robalo, que em vésperas da nona edição da Festa da Vinha e do Vinho, em que o Concelho vai consumir grande parte dos seus recursos a promover e a dinamizar o vinho, que em seu entender já está suficientemente promovido e dinamizado, como é que não conseguem arranjar um terreno para ser feito um Centro de Saúde novo, pedindo-lhe que fizesse o ponto da situação, relativamente ao Concelhos limítrofes. Disse ainda que mantinha a esperança que se houvesse bom senso, seriam capazes de tomar algumas medidas para que a situação da saúde no Concelho melhorasse. Evidenciando o que fora dito pelo doutor Manguinhas, disse que realmente não fazia sentido que se pedisse para esta zona um Centro de Politraumatizados, e ao invés disso que se pedisse uma viatura ou um meio mais rápido de modo a que as pessoas pudessem chegar mais rapidamente e em melhores condições, e onde pudessem ser devidamente atendidas, dizendo que Beja é um exemplo disso, tendo uma experiência desse género. Frisou o facto de, se os órgãos autárquicos dos quatro Concelhos se unissem e se fizessem reivindicações, se conseguiriam algumas alterações, dando o exemplo da variante entre Borba e Vila Viçosa. Pensa que uma magistratura por parte do senhor Presidente da Câmara, junto das instituições que prestam apoio e solidariedade social no nosso Concelho, uma magistratura de influência feita nos parâmetros da democracia, ajudava a que as condições do tratamento dos idosos no nosso concelho fossem muito melhores. Terminou a sua intervenção, dizendo que se continuarem a dividir-se e a repetir os assuntos que são de índole nacional, não conseguem dar nenhum passo em frente, apelando à mudança de atitude.

Foi dada a palavra ao Doutor Joaquim Cardoso, que disse que em primeiro lugar a Assembleia Municipal de Borba, já tinha reunido e apresentado propostas duas vezes. Contendo o texto inicial do documento convergência nos diagnósticos de noventa e dois e noventa e quatro. Em segundo lugar e nessa sequência, disse terem tido uma reunião com o Doutor Arquimínio em vinte e sete de Outubro de noventa e quatro, onde nenhuma medida foi tomada, significando que não será possível supor que o problema se circunscreve a Borba, mesmo porque não é competência da Autarquia, salvo o que vier a derivar da regulamentação da lei, a intervir na área da saúde. Frisou que as propostas feitas, eram o resultado das reclamações, dos contactos do trabalho de análise e de conversa com os utentes do Centro de Saúde de Borba, salientando o facto de não terem reivindicado um Centro de Politraumatizados, mas sim condições técnicas para transportar e reanimar os grandes acidentados. Concorde com as novas instalações para o Centro de Saúde de Borba, mas desde que cumpram as condições de adaptação ergonómica, dando o exemplo do Centro de Saúde de Estremoz e do próprio Hospital de Elvas, como Centros sub-aproveitados dado que foram construídos sem serem integrados em nenhum plano estratégico de saúde, como se reclamaria para esta região do Alentejo, consideradas as suas condições demográficas. Terminou a sua intervenção, dizendo que estão de acordo em aprovar o documento, enviá-lo para as Autoridades competentes, e reivindicar que sejam adscritas no PIDDAC as verbas para a construção do Centro de Saúde Concelho de Borba.

O Doutor José Martins tomou a palavra, dizendo que a sua presença se deve essencialmente ao

reconhecimento de que a união destes Concelhos faz falta, caso contrário não valeria a pena estarem ali. Acrescentou que se tem que pensar em grandes linhas, quer seja no campo da saúde ou em qualquer outro de desenvolvimento para a zona, concluindo que se de facto se quer avançar em conjunto, terá que se superar ou saber conviver com as possíveis divergências de cor política dentro dos próprios Concelhos, e entre os próprios Concelhos. Dirigindo a palavra ao Doutor Manguinhas, disse não ser aquele sonhador de outro mundo e saber o que realmente é necessário, não reivindicando nenhum super Hospital para a zona, dizendo que talvez se tenha explicado mal, mas sim que se unissem e juntassem toda a massa crítica. Agradeceu ao Deputado senhor Lino de Carvalho a disponibilidade que demonstrou, terminando a sua intervenção dizendo que "não pensemos antecipadamente na recompensa, ela virá, trabalhemos em primeiro lugar em prol do povo, sem estar à espera do prémio do povo"

PONTO SEIS - Apresentação e discussão de eventuais documentos e recomendações a enviar aos órgãos competentes

Depois de um curto intervalo, o senhor Presidente da Assembleia retomou a ordem de trabalhos, dizendo que na sequência da Resolução apresentada pela bancada da CDU, se acrescentasse o ponto um ponto seis nas Propostas, que sejam inscritas em PIDDAC, verbas suficientes para a construção do Centro de Saúde de Borba, que por lapso não foi inserido, dando a palavra ao senhor Carlos Cabral.

O senhor Carlos Cabral, disse que não o repugnaria nada apoiar a Resolução, dado que é uma carta de intenções, e as cartas de intenções podem levar o voto a favor. No entanto, parece-lhe que há uma série de pedidos que entram em contradição com algumas coisas que ali já foram ditas, pois quer a tecnologia, quer os recursos humanos, concerteza que não contemplariam todas as propostas, caso estas fossem aprovadas de um dia para o outro. Fez referência ao facto de ter ficado surpreendido, perante as estatísticas, de que Portugal gasta em saúde quase tanto como países mais desenvolvidos, e com sistemas de saúde muito melhores que o nosso, sendo o nosso sistema baseado no desperdício, na falta de gestão. Disse que na semana passada, após uma arrumação à casa, foi entregar à farmácia três sacos de medicamentos, explicando que isso se deve ao facto do médico receitar quase sempre duas as três caixas do mesmo medicamento, quando acabam por só tomar meia caixa, causando-lhe imensa impressão este sistema de poupança.

Foi dada a palavra ao Doutor Joaquim Manguinhas, que relativamente à questão do Professor Cabral, quando se referiu às duas caixas de medicamentos que lhe são receitadas e não toma, disse que isso era culpa somente do utente, dado que os medicamentos foram passados intencionalmente. Chamou a atenção para o facto de ter que haver educação para a saúde, admitindo que muitas das vezes os médicos são responsáveis, sem terem culpa.

O Doutor Joaquim Cardoso, crê que nessa Resolução não há nada que não seja possível, pois no caso de Évora, não só se propôs um Hospital Regional como também se propôs a possibilidade desse Hospital ser Centro de Formação para todos os profissionais de saúde. Disse ser necessário considerar que a própria Associação Nacional de Farmácias, contestou a actual política de medicamentos, denunciando determinadas situações, que deram origem ao afastamento de um Secretário de Estado, que pretendia fazer alterações. Crê que não é acusar de consumista quem pede os direitos fundamentais das populações, mas disse ser no mínimo pedir a quem tem o poder que tome decisões efectivas sobre a redução nos gastos de saúde. Se houvesse uma maior proximidade médico/doente, provavelmente os custos seriam mais reduzidos, o que aconteceria se os Centros de Saúde tivessem formados mais psicólogos clínicos. Frisou que o que a CDU reivindica, são os direitos fundamentais à saúde, que todos os Borbenses gostariam de ver implementados. "A questão da saúde é para muitos anos, e o que nós queremos aqui é que a saúde seja um direito a garantir e não um direito a vulnerar."

O senhor Paixão, disse também não se repugnar nada em votar favoravelmente este conjunto de propostas, reconhecendo-as úteis. Espera que de facto se implemente um melhor serviço nesta área, e que

as proposta do um ponto quatro, consultas materno-infantis, de saúde pré-escolar, planeamento familiar e outra consultas de medicina preventiva, sejam efectivamente implementadas, embora a maior parte já esteja consumada no Centro de Saúde de Borba.

Foi dada a palavra ao senhor Carlos Cabral, que disse em primeiro lugar concordar com algumas afirmações feitas, dado que a saúde é uma questão de modelo sócio-económico de cada país. Em segundo lugar, colocou a seguinte questão: "No ponto seis, onde diz formação inicial, será que é para uma Universidade de Medicina que isto aponta? O que é que está por detrás da formação inicial?", por ultimo disse votar a favor da resolução, apresentando uma declaração de voto por escrito.

Como não houve mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia, colocou a Resolução à votação, tendo sido aprovada com treze votos a favor e duas abstenções. Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que será enviada aos membros da Assembleia com vista à sua aprovação na próxima sessão.

Documentos anexos a esta acta:

Æ Resolução da APD/DDE (anexo 1)

Æ Resolução de 4 de Novembro elaborada pelos membros da CDU (anexo 2)

Æ Documento referente à Conferência Internacional sobre Direitos Humanos (anexo 3)

Æ Resolução da Assembleia Municipal de Borba em reunião extraordinária de 29 de Maio de 1992 (anexo 4)

Æ Resolução da Assembleia Municipal de 25 de Março de 1994 (anexo 5)

Æ Declaração de voto dos eleitos do Partido Socialista (anexo 6)